

Artigo recebido em: 21/02/2019

Artigo aprovado em: 20/06/2019

AUTOCONHECIMENTO E AS POSSÍVEIS CONSEQUÊNCIAS MORAIS

SELF-KNOWLEDGE AND THE POSSIBLE MORAL CONSEQUENCES

Robson da Rosa Barcelos¹
(robisolrobson@gmail.com)

RESUMO

Somos sujeitos dotados de consciência. Para tanto temos de possuir autoconsciência para que a consciência possa existir. Dessa forma, há a possibilidade de autoconhecimento dos próprios estados mentais. Assim, o artigo visa investigar acerca da possibilidade do autoconhecimento dos próprios estados mentais, sua aplicabilidade e consequências com relação à teoria moral kantiana. Para tanto, se reflete sobre como ocorre o autoconhecimento dos próprios estados mentais e as características da teoria moral kantiana. Por fim, se verifica a possibilidade de ocorrer a responsabilidade moral sobre os próprios estados mentais relacionados com a moral kantiana e com o método do autoconhecimento da própria ação do agente moral.

Palavras-chave: Autoconhecimento. Estados mentais. Teoria moral kantiana.

ABSTRACT

We are subject with consciousness. For this we have to have self-consciousness so that consciousness can exist. In this way, there is the possibility of self-knowledge of one's own mental states. Thus, the article aims at investigating the possibility of self-knowledge of one's own mental states, their applicability and consequences in relation to Kantian moral theory. Therefore, it reflects on how self-knowledge of one's own mental states and the characteristics of Kantian moral theory occur. Finally, there is the possibility of moral responsibility for one's own mental states related to Kantian morality and the method of self-knowledge of the very action of the moral agent.

Keywords: Self-knowledge. Mental states. Kantian moral theory.

1. INTRODUÇÃO

Afirmamos que somos sujeitos dotados de consciência. Entretanto, para isso, temos de nos reconhecer enquanto sujeitos de consciência, ou seja, sujeitos dotados de autoconsciência.

¹ Doutorando em Filosofia pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0853503798418322>.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5358-5231>.



Dessa forma, também podemos afirmar que temos a possibilidade de ter consciência dos nossos próprios estados mentais.

O presente artigo visa trabalhar o tema da autoconsciência enquanto geradora de consciência. Conseqüentemente, ao termo consciência, também podemos obter conhecimento acerca dos próprios estados mentais. Assim, podemos nos questionar: o que ou quais conseqüências derivam do fato de termos autoconsciência?

Conforme Kant, a autoconsciência seria a apercepção originária a partir da qual se gera a consciência. Então, se temos consciência, logo podemos conhecer nossos próprios estados mentais? Para fins investigativos suponhamos que sim, temos consciência dos próprios estados mentais, mas como isso ocorre? E quais são as conseqüências?

A investigação pode ser iluminada por meio do esclarecimento dos métodos do autoconhecimento, a saber, método introspectivo, método da transparência e método do agencialismo. Isto posto, se investigará as conseqüências morais para o sujeito capaz de conhecer seus próprios estados mentais.

275

2. DEFINIÇÕES

Para melhor compreensão da problemática será percorrido o importante percurso de esclarecimento de algumas definições sobre certos conceitos do tema abordado. Como se segue.

2.1 Estado Mental

Relacionamo-nos das mais diversas formas com as pessoas, seja no trabalho, no âmbito privado familiar, ou em encontros com amigos. Para tanto, além de auto atribuímos diversos tipos de pensamento, sensações e emoções a nós mesmos, também o fazemos aos outros. Isso em contexto filosófico pode ser denominado de “estados mentais”, ou seja, atribuir as outras pessoas, estados mentais, iguais ou diferente dos nossos.

Em contraste ao uso geral do termo “estados mentais”, podemos utilizar outro para especificá-los. Assim, nomeiam-se os diferentes tipos de estados mentais, enquanto crenças, desejos e emoções. Entretanto, para o presente estudo também nos valem do termo “atitude proposicional”, o qual designa um uso particular de estado mental,



tal termo é introduzido por Russell em seu artigo *The Philosophy of Logical Atomism*, de 1918/1919

Que tipo de nome devemos dar a verbos como “acreditar” e “desejar” e assim por diante? Minha inclinação é chamá-los “verbos proposicionais”. Esse é apenas um nome sugerido por conveniência, porque eles são verbos que têm a forma de relacionar um objeto a uma proposição. Como eu tenho explicado, isto não é o que eles realmente fazem, mas é conveniente chamá-los verbos proposicionais. É claro, você pode chamá-los de “atitudes”, mas eu não gosto disso porque este é um termo psicológico, e embora todas as instâncias de nossa experiência sejam psicológicas, não há razão para supor que todos os verbos de que estou tratando sejam psicológicos. (RUSSELL, 2009, p. 60)²

Na tradição filosófica tem-se utilizado o termo “atitude proposicional” a classe de estados mentais que possuem duas características, a saber: intencionalidade e forma lógica proposicional (cf. OLIVEIRA, 2014, p. 35). Assim, cabe realizar uma pequena e importante diferenciação quanto ao uso do termo “intencionalidade”. Ele não é aqui utilizado conforme nosso uso comum, isto é, no sentido de se nossa atitude teve uma intenção ou não, se nossas ações têm um “objetivo, propósito” (por exemplo, se juiz realiza sua declaração acerca de um homicídio enquanto doloso, sem a intenção, sem desejo; e culposo, com a intenção). No presente contexto “intencionalidade” é trazido por Franz Brentano ainda no fim do século XIX e retomada por John Searle na década de 1980, acerca dos estados mentais serem sobre alguma coisa, por exemplo, se creio que o time de futebol brasileiro Internacional será rebaixado para a segunda divisão, minha crença é sobre alguma coisa, ou seja, possui um objeto definido. Entretanto, cabe ressaltar que há estados mentais, os quais não possuem objetos determinados, assim como certos estados de desejos, tais como vontade de comer, o qual pode não possuir um objeto definido (cf. OLIVEIRA, 2014, p. 36).

A segunda característica acerca das atitudes proposicionais é a forma lógica proposicional. Os estados mentais além de possuírem intencionalidade, também possuem sujeito, verbo e proposição. Assim, Russell chamou de “verbos proposicionais”, tais como crer/acreditar e querer/ desejar os quais compõem a estrutura lógica da frase. Portanto,

² “What sort of name shall we give to verbs like ‘believe’ and ‘wish’ and so forth? I should be inclined to call them ‘propositional verbs’. This is merely a suggested name for convenience, because they are verbs which have the form of relating an object to a proposition. As I have been explaining, that is not what they really do, but it is convenient to call them propositional verbs. Of course you might call them ‘attitudes’, but I should not like that because it is a psychological term, and although all the instances in our experience are psychological, there is no reason to suppose that all the verbs I am talking of are psychological.” (RUSSELL, 2009, p. 60)



Uma atitude proposicional é, então, o estado mental de ter alguma atitude, postura, perspectiva ou opinião sobre uma proposição ou sobre o estado potencial de coisas em que essa proposição é verdadeira [...]. (SCHWITZGEBEL, 2015, p. 1)³

2.2 Autoconsciência em Kant

Para que possamos definir o que seja autoconsciência para Kant, antes necessitamos responder a seguinte questão: o que é consciência para Kant? Para tanto o autor parte do pressuposto que consciência não é somente consciência de algo, mas também reflexiva sobre si mesma. Dessa forma, consciência, para Kant, é consciência enquanto passível de olhar para si mesma. Conforme, Konder (2008):

Kant percebeu que a consciência humana não se limita a registrar passivamente impressões provenientes do mundo exterior, que ela é sempre a consciência de um ser que interfere ativamente na realidade; e observou que isso complicava extraordinariamente o processo do conhecimento humano. (KONDER, 2008, p. 20)

277 Com isso é possível afirmar que a consciência em Kant é constituída de experiência sensível, a qual acessamos por meio de órgãos dos sentidos. Desta forma, nossas percepções sensíveis são afetadas pelo nosso entorno, assim formando as representações das experiências sensíveis na consciência. A partir da consciência, podemos ou não realizar um juízo por meio do nosso entendimento. Portanto, a realidade externa para Kant é indefinida, ela possui uma realidade e sua ordem ou verdade não pode ser representada independentemente do nosso entendimento. Assim, a intuição sensível é a mediadora entre o entendimento e o mundo empírico.

Ainda para o filósofo alemão há dois tipos de consciência, uma intelectual e/ou empírica. A primeira se remete a experiência interna que o sujeito tem dele mesmo no tempo; já a segunda se refere a consciência do externo, ou seja, do espaço. Ambas são intuições puras para o entendimento, isto é, condições puras para nossa inteligência. Entretanto, para que ambas sejam possíveis o sujeito deve ter uma apercepção originária., a autoconsciência.

Autoconsciência para Kant acompanha a própria consciência. Com isso, toda a representação realizada que afeta nossas percepções sensíveis fazem com que nosso

³ “A propositional attitude, then, is the mental state of having some attitude, stance, take, or opinion about a proposition or about the potential state of affairs in which that proposition is true [...]” (SCHWITZGEBEL, 2015, p. 1).



entendimento opere com suas categorias e com isso podemos afirmar que temos consciência de algo. Entretanto, para que isso possa ser atribuído a um “eu” da percepção, pois, se não existir um eu que acompanhe “as minhas representações; se assim não fosse, algo se representaria em mim, que não poderia, de modo algum, ser pensado, que o mesmo é dizer, que a representação ou seria impossível ou pelo menos nada seria para mim” (CrP, B 132: p. 131. 15-19). Dessa forma, existe apercepção pura, ou seja, uma autoconsciência que é capaz de produzir a minha representação *eu penso*, a qual é a única e idêntica à minha consciência. Kant também chama de unidade transcendental da autoconsciência para que a partir dela possa existir a possibilidade do conhecimento *a priori*.

2.3 Distinção entre autoconhecimento e autoconsciência

Conforme o exposto acima, é importante realizar uma distinção entre autoconhecimento e autoconsciência, pois, segundo Plínio Smith,

[n]i siempre se presta suficiente atención a la relación entre la conciencia de sí y el conocimiento de sí llegándose por veces a identificarlos o creer que la primera implica inmediatamente y de manera problemática el segundo. En mi modo de entender, no solamente la conciencia de sí es distinta del conocimiento de sí, sino también que ella no lo implica necesariamente. Si esto es cierto, entonces se podría decir que la autordad de la primera persona expresa solamente la conciencia de sí y que, aunque muchas veces lleva a un conocimiento de sí, no es garantía de esse auto-conocimiento. Es siempre preciso saber cuando podemos confiar en la conciencia de sí y, basándonos en ella, alcanzar un conocimiento de la persona.” (SMITH, 2010, p. 1 *apud* SILVA FILHO, 2013, pp. 90-91)

Nem sempre temos conhecimento (no modelo tradicional, conhecimento é crença verdadeira e justificada) sobre nossos estados mentais. Desta forma, conhecer os próprios estados mentais é diferente que os ter em nossa mente. Isso se explica, pois, para meus estados mentais não há um modelo tradicional de conhecimento. E mesmo que para os estados mentais haja uma normativa a ser seguida, podemos questionar sobre a razão de tal estado mental, por exemplo, eu estou sentindo p? Sei que estou sentido que p, mas como sei que é p? E assim ocorre sucessivamente. Entretanto, tais questionamentos não fazem muito sentido, pois, é o equivalente a não acreditar em minhas crenças, isto é, desconfiar das próprias crenças. De certa forma isso é contraditório, pois, tudo será duvidado, até mesmo que eu exista, problemática esclarecida em certa medida por René Descartes.



Tratando-se da problemática do autoconhecimento de forma mais abrangente, não será realizada a distinção entre autoconsciência (possuir estados mentais) e autoconhecimento (saber que possuo tal estado mental) pois, o ponto é de como nos relacionamos conosco mesmos, com nossos próprios sujeitos. Smith está correto em fazer tal distinção, entretanto, esta não é considerada um ponto crucial.

3. AUTOCONHECIMENTO

Se somos seres racionais, então conhecemos nossos próprios estados mentais? Digamos que sim, o fato de sermos racionais acarreta o fato de que conhecemos nossos próprios estados mentais. Se assim for, podemos ou devemos ser capazes de conhecer as próprias crenças e nos orientarmos sobre nossas próprias ações, embasadas no conhecimento dos nossos próprios estados mentais. Para tanto, há métodos para efetivar o autoconhecimento, a saber: método da introspecção e o método da transparência, e o método do agencialismo.

279

3.1 Método da introspecção

As pessoas cotidianamente têm diversos estados mentais, os quais podem ser conhecidos ou não, isto é, são conscientes ou não. Dessa forma, enquanto seres humanos racionais, podemos conhecer alguns estados mentais, a saber, as atitudes proposicionais. Em outras palavras, as atitudes proposicionais conhecidas como crenças.

Podemos nos perguntar, mas como conhecer as próprias crenças? Uma dessas formas é o modelo da Introspecção. Tal modelo é como uma espécie de “olhar para dentro”, um tipo de sentido interno que possibilita verificar o próprio estado mental de crença e com isso possibilitar a afirmação que, temos autoconhecimento sobre esse estado psicológico.

A introspecção é um olhar para dentro. Desta maneira, na medida em que penso, podemos afirmar que introspectamos, por exemplo, eu penso “Há um gato em cima do meu carro”, para tanto eu observo meu entorno e após a constatação por meio de sentidos externos formulo um pensamento, ou seja, um estado mental, uma atitude proposicional. Tal



comparação nos leva a observação de que além de “introspectar” sobre o próprio pensamento, também “introspectamos” sobre o nosso entorno, da nossa experiência sensorial (cf. MEDEIROS, 2013, p. 11)

Cabe ressaltar que não introspectamos acerca dos estados internos das outras pessoas. Tal método de autoconhecimento é característico da própria pessoa, ou seja, pertence a um ponto de vista de primeira pessoa. Imaginar o contrário é um tanto interessante. Se fossemos transparentes quanto aos nossos próprios estados mentais, além dos outros me conhecerem na mesma medida que eu, não haveria mentiras, pois, todos nossos pensamentos seriam claros que nem águas cristalinas. Dessa forma, teríamos acesso imediato e privilegiado aos pensamentos dos outros, por exemplo, não haveria possibilidade de omissão perante as ações dos outros. Entretanto, isso não é caso.

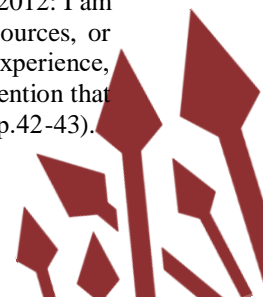
Em uma análise, Medeiros (2013), nos elucida sobre várias definições acerca do termo “introspecção”, conforme ele descreve,

Em todas estas definições temos a satisfação da condição de mentalidade, seja falando do exame de nossos *pensamentos e sentimentos*, seja na observação de nossos próprios *processos mentais*, cognição reflexiva imediata dos *estados da mente, estados da consciência* ou eventos *mentais* ocorrentes. (MEDEIROS, 2013, p. 14)

Assim a introspecção versa sobre nossos próprios estados mentais, estabelecendo com isso o que irá ser observado interiormente. Percebe-se que tal ato de introspectar ocorre nos processos mentais imediatos, ou seja, em nossos estados de consciência imediatos e conscientes⁴.

As teorias da introspecção se dividem em perceptuais e não perceptuais. Na primeira há caracterizações sobre a teoria, para tanto cito algumas realizadas por alguns filósofos. Segundo, William James (1890) no sentido que “descobrimos” nossos estados mentais; conforme John Locke (1689/1975) quando “observamos” nossa própria mente com as “percepções” próprias dela, estamos enquanto sujeito passivo aos nossos próprios estados mentais; e também “Armstrong nos tornamos conscientes de que um estado de crença, desejo ou dúvida acontece em nossa mente” (MEDEIROS, 2013, p. 17).

⁴ Segundo William James, *The Principles* – 1890: “The word introspection need hardly be defined – it means, of course, the looking into our own minds and reporting what we there discover. Everyone agrees that we there discover states of consciousness.” (JAMES, 1890, p. 185) e Eric Schwitzgebel, *Introspection, What? - 2012: I am inclined to recommend the following view: introspection is the dedication of central cognitive resources, or attention, to the task of arriving at a judgment about one’s current, or very recently past, conscious experience, using or attempting to use some capacities that are unique to first-person case (...), with the aim or intention that one’s judgment reflect some relatively direct sensitivity to the target state*” (SCHWITZGEBEL, 2012, p.42-43).



Na teoria da introspecção não perceptual rejeita a possibilidade de se observar/perceber o estado mental, conforme a teoria anteriormente mencionada.

Na definição de Shoemaker citada acima, a relação entre o ato de introspectar e o estado mental introspectado (...). Que os estados mentais de um sujeito sejam acessíveis introspectivamente não é um traço contingente, causalmente relacionado. Ter um desejo e crer que se tem um desejo é uma relação constitutiva, não-contingente. (MEDEIROS, 2013, p. 17)

Portanto, ter um estado mental é constitutivo, não contingente, o qual se atribui a todos demais estados psicológicos.

Uma possível crítica sobre a introspecção para ambas, perceptual e não-perceptual é se questionar acerca de qual sensação estamos a abordar. Essa sensação demanda um órgão sensorio, tal como olhos e ouvidos? Mas é possível existir um órgão sensorio que fique olhando nossos pensamentos? Esse teria de ficar a todo momento desperto, sem poder descansar, sendo que nós ao que parece não paramos de pensar.

Sendo a introspecção a agenciadora de nossa vida mental, assim ela seria uma forma de conhecer a experiência interna. Entretanto, utilizar a metáfora do “olho interno” não parece adequada pois, podemos afirmar que há experiência visual, mas não há experiência introspectiva. Segundo Moran (2001),

A primeira dessas dificuldades é o embaraço original do "olho interior" e a preocupação de que ele não pode ser descontado como outra coisa senão uma metáfora enganosa. Não há nenhum órgão perceptivo da introspecção, em qualquer coisa como a maneira como há órgãos identificáveis da visão e da audição e similares. (...). Não há na visão de ninguém a consciência de uma dor de cabeça mediada por uma aparência da dor de cabeça. E no caso de atitudes como a crença, simplesmente não há nada quasi-experiência no início para começar. (MORAN, 2001, pp. 13-14)⁵

Neste ponto percebemos uma clara confusão ontológica, consistindo na compreensão de que a experiência perceptual de um objeto vem descolada do *qualia* do próprio objeto, e na

⁵ “The first such difficulty is the original embarrassment of the ‘inner eye’ and the concern that it cannot be cashed out as anything other than a misleading metaphor. There is no perceptual organ of introspection, in anything like the way there are identifiable organs of sight and hearing and the like. Further, something like a person’s sensation of red is not to be analyzed into an independent object accompanied by an act of perceiving it. Aside from familiar ontological problems with the reification of sense data, and regress problems with the idea of ‘the perception of an appearance’, there simply doesn’t even seem to be any ‘appearance’ or perceptual presentation of one’s belief or sensation that would be the experiential basis for the quasi-perceptual judgment, for example, that one has a headache, or believes that Wagner died happy. While ‘representationalism’ is a controversial thesis about the ordinary perception of objects in the world, on nobody’s view is the awareness of one’s headache mediated by an appearance of the headache. And in the case of attitudes like belief, there is simply nothing quasi-experiential in the offing to begin with.” (MORAN, 2001, p. 13-14).



experiência introspectiva haveria uma *quasi-experiência* introspectiva como base para a própria experiência introspectiva, caso ela fosse o caso. Entretanto, tal confusão se desfaz na medida em que refletimos acerca da própria experiência cotidiana, na medida em que percebemos a tonalidade de cor de algo, o objeto já traz a nossa experiência sensória a compreensão da sua tonalidade, por exemplo, da sua vermelhidão, assim não há uma experiência anterior a experiência. Com isso o autor Richard Moran propõe uma outra forma de possibilidade de autoconhecimento que será abordada no próximo tópico.

3.2 Método da Transparência

Contrário ao método anterior, nesse não há um “olho interno”, mas sim um olho externo. Dessa forma, podemos questionar: conhecemos as razões para nossas atitudes proposicionais olhando para fora?

[...] ao fazer uma auto atribuição de crença, os olhos estão, por assim dizer, ou às vezes literalmente, dirigidos para fora – para o mundo. Se alguém me pergunta ‘Você acha que está para acontecer uma terceira guerra?’, eu devo atentar, respondendo a ele, precisamente para os mesmos fenômenos externos que eu iria atentar se eu estivesse respondendo a pergunta ‘Será que está para acontecer uma terceira guerra mundial?’. Eu me encontro numa posição para responder a pergunta se eu acredito que p em que colocando em operação os mesmos procedimentos para responder à pergunta se p. (EVANS, 1982, p. 225 *apud* SILVA FILHO, 2013, p. 89)

Assim, Evans inicia a reflexão acerca dos estados mentais, enquanto a observação de um sujeito sobre seu entorno. Richard Moran desenvolve o “método da transparência” (*transparency method*).

se eu sou agente racional, eu posso conhecer minha atitude acerca de p e quais as justificações disponho para garantir a verdade de p; ao rever e considerar minhas justificações, posso, posteriormente, expressar a minha atitude intencional acerca de p. (SILVA FILHO, 2013, p. 94)

Uma condição do método da transparência é a “condição de experiência do dia-a-dia” (SILVA FILHO, 2013, p. 106). Pois, ao se perguntar sobre uma determinada crença do cotidiano, ela pode decidir, ou até mesmo “refazer a própria crença” (SILVA FILHO, 2013, p.



106). O papel da auto atribuição é fundamental na vida psíquica da pessoa, pois, essa atitude lhe importa na sua assertividade perante os outros, seja com relação às crenças, desejos, sensações ou emoções.

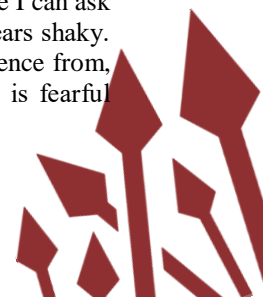
Para Moran, a Condição de Transparência deve comportar o ajuste de mundo-mente e mente-mundo. Em outras palavras, para que se possa ter uma atitude proposicional transparente ela tem de ter as mesmas justificações para as afirmações sobre as próprias crenças, por exemplo, “eu acredito que o céu é azul”. Sobre a realidade do mundo independente da crença, isto é, sobre a verdade de P, por exemplo, (consequente do exemplo anterior) que o céu tenha a cor azul (MORAN, 2001, p. 66).

Mesmo com a clareza acerca do método da transparência ainda sim é possível tecer algumas críticas. Um dos autores que realiza tal crítica é Peter Carruthers (2011), em seu livro *The Opacity of Mind: An Integrative Theory of Self-Knowledge*, explicitando a oposição da seguinte forma,

Um problema com esta sugestão é que parece ter apenas uma gama limitada de aplicação. Pois mesmo se a proposta funciona para o caso de julgamento e de crença, é muito difícil ver como se poderia estender para explicar o nosso conhecimento dos nossos objetivos próprios, decisões e intenções - e muito menos o nosso conhecimento de nossas próprias atitudes de se perguntando, supondo, temendo e assim por diante. Pois em tais casos, é duvidoso que haja qualquer pergunta sobre o mundo, encontrar a resposta para o que vai me dizer o que eu quero, decidir, a intenção, ou medo. No caso de desejo que eu posso perguntar se algo é bom, por exemplo. Mas, em seguida, a inferência de ‘X é bom’ para, ‘Eu quero X’ parece instável. Da mesma forma, no caso de medo que eu posso perguntar se algo é perigoso, ou se tenho medo dela. Mas, novamente, a inferência de ‘X está com medo’ para, ‘eu temo X’ parece igualmente infundada. Eu posso muito bem reconhecer que algo está com medo, sem ter medo dela. (CARRUTHERS, 2011, p. 81)⁶

Neste ponto, o Método da Transparência parece ser aplicável somente as crenças. No tocante aos desejos não há uma implicação direta entre a atitude proposicional de, por exemplo, “eu creio que sorvete é bom” e o estado mental “eu quero sorvete”, e consequentemente a explicação de nossas ações. Isso vale para alguns estados emocionais.

⁶ “One problem with this suggestion is that it appears to have only a limited range of application. For even if the proposal works for the case of judgment and belief, it is very hard to see how one might extend it to account for our knowledge of our own goals, decisions, or intentions - let alone our knowledge of our own attitudes of wondering, supposing, fearing, and so on. For in such cases it is doubtful whether there is any question about the world, finding the answer to which will tell me what I want, decide, intend, or fear. In the case of desire I can ask whether something is good, for example. But then the inference from, ‘X is good’ to, ‘I want X’ appears shaky. Likewise in the case of fear I can ask whether something is dangerous, or fearful. But again the inference from, ‘X is fearful’ to, ‘I fear X’ seems equally unsound. I can perfectly well recognize that something is fearful without being afraid of it.” (CARRUTHERS, 2011, p. 81)



3.3 Método do agencialismo

Brie Gertler filósofa norte-americana traz uma definição interessante acerca da *agencia racional* para o autoconhecimento dos próprios estados mentais. Agência racional se define como “Nossa capacidade de conformar nossas atitudes com nossas razões e de nos comprometer com essas atitudes por meio de expressões” (GERTLER, 2016, p. 1). Assim, para o método agencialista nossas atitudes têm de estar em conformidade com nossas razões, ou seja, nossas atitudes no mundo ao nosso entorno derivam de nossas próprias razões, evitando assim uma contradição entre ter um estado mental e agir segundo outro distinto deste.

A justificção do autoconhecimento, conforme Gertler (2016), pode ser tanto empírica quanto a priori. A primeira toma como justificção para seus próprios estados mentais a empiria, ou seja, as percepções empíricas que obtemos por meio de nossos sentidos externos. Por exemplo, “eu sei que não está chovendo” e meu interlocutor me questiona “como você sabe disso?” e eu respondo “porque eu estou vendo”, dessa forma, eu olho para fora e verifico que o céu esta azul, sem nuvens, portanto, justifico meus estados mentais por meio de minhas percepções, isto é, retiro da empiria minha justificativa. É possível também, por meio de testemunho justificar minha crença de que não está chovendo na Europa, por exemplo, acessando um site sobre o clima e assim ter uma justificativa. Entretanto, não é a mesma forma de justificção perceptual, mas é empírico, pois, o testemunho é externo a mim, em outras palavras de alguma maneira através dos sentidos. Já o segundo, ocorre por meio de dedução lógica, por exemplo, (1) Todos homens são mortais, (2) Sócrates é um homem, (3) logo Sócrates é mortal. Tal conclusão é possível sem mesmo conhecer Sócrates, posso saber de sua existência, mas não possuo conhecimento perceptual sobre ele e mesmo assim ter um conhecimento lógico dedutivo de que ele é mortal.

Para demonstrar que a visão empírica sobre o autoconhecimento se mostra insuficiente analisemos o seguinte argumento:

1. Como agentes racionais, somos obrigados a satisfazer determinadas normas racionais.
2. Satisfazendo algumas dessas normas racionais requer raciocínio criticamente sobre as atitudes.
- 3 *Não se pode raciocinar criticamente sobre as atitudes, a menos que se pode conhecer as atitudes não-empiricamente.



4 *Podemos satisfazer as nossas obrigações, como agentes racionais, só se podemos conhecer nossas atitudes não-empiricamente. (1-3 *)

5. “S é obrigado a A” implica “S podem A”.

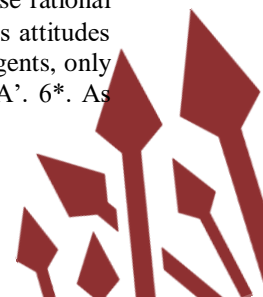
6 *Como agentes racionais, podemos conhecer as nossas atitudes não-empiricamente. (A partir de 4 * & 5). (GERTLER, 2016, p. 8)⁷

No ponto 3, a afirmação que o agencialismo propõe para o empirismo é, segundo Gertler, que somente se pode raciocinar criticamente sobre as atitudes se for possível conhecer as atitudes não-empiricamente, isto é, pela razão. Para tanto a filósofa traz o exemplo de Burge do seu artigo *Our Entitlement to Self-Knowledge*, o qual versa sobre um jurado que sabe que o réu é culpado, entretanto, a evidência para isso é fraca, destarte ele tem motivos para suspender suas crenças, entretanto, o jurado busca refletir, não sobre suas razões, mas sim sobre quais razões serão eficazes para suspender sua crença. Portanto, não se trata de uma autorreflexão, de um raciocínio crítico. No raciocínio genuinamente crítico a crença injustificada seria imediatamente eliminada, ou seja, as crenças são sensíveis as razões de maneira direta sem intermediários (GERTLER, 2016, p. 8).

A disparidade das atitudes com nossas crenças racionais muitas vezes fica aquém de nossa autorreflexão crítica. No exemplo do jurado que mesmo procurando racionalmente alguma forma de manter sua crença racional fraca sobre algo por ele percebido por seus sentidos, ele demonstra a divergência de sua percepção e sua formação da crença com base nos seus sentidos perceptuais. Dado tal compreensão, manter sua crença violaria as normas racionais com relação as suas próprias percepções.

Para tornar mais claro segue outro exemplo. Uma pessoa apaixonada por um determinado time de futebol, mas o time X jogou mal e mesmo assim para o apaixonado o time X ainda é fantástico, afirmando que seu time é bom, quando na realidade perdeu, denotando que é ruim. A crença racional do apaixonado, não se encontra em conformidade com as evidências, e não parece contribuir para uma autorreflexão crítica sobre suas percepções denotando a insuficiência para o agencialismo. Dessa forma, parte da racionalidade se mantém consistente enquanto interna a própria crença, de crer que o time é bom, isso não constitui uma irracionalidade, entretanto, quando estipulada a relação causal da crença demonstra a incoerência com as evidências. Assim, o empirismo não parece resistir as

⁷ “1. As rational agents, we are obligated to satisfy certain rational norms. 2. Satisfying some of those rational norms requires reasoning critically about one’s attitudes. 3*. One cannot reason critically about one’s attitudes unless one can know one’s attitudes non-empirically. 4*. We can satisfy our obligations, as rational agents, only if we can know our attitudes non-empirically. (from 1–3*) 5. ‘S is obligated to A’ implies ‘S can A’. 6*. As rational agents, we can know our attitudes non-empirically. (from 4* & 5).” (GERTLER, 2016, p. 8)



exigências do agencialismo e tal método por vezes não é seguido fielmente, ou seja, a agência racional não é seguida com rigidez.

4. CONSEQUÊNCIAS MORAIS PARA OS MÉTODOS DE AUTOCONHECIMENTO

Diante do exposto cabe agora refletir sobre a relação entre os métodos do autoconhecimento e suas consequências morais em Kant. Assim, se segue a apresentação de sua teoria moral sumariamente e após um cruzamento de tal teoria com os métodos do autoconhecimento.

Em *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*, o filósofo Immanuel Kant trata do conceito de *dever*. O dever para Kant é uma vontade estimável em si mesma, ou seja, não depende de qualquer vontade exterior. A vontade dessa forma é boa em si mesma. Portanto, dever para Kant,

286

É fácil distinguir se a ação conforme ao dever foi consumada *por dever* ou por uma questão de interesse. Por exemplo, é sem dúvida conforme o dever que um retalhista não suba os preços a um cliente inexperiente e é exatamente isso que um comerciante sensato nunca fará em se tratando de negócios avultados; pelo contrário, estabelece um preço fixo, igual para todos, de maneira a que, no seu estabelecimento, até uma criança possa comprar tão bem como qualquer outra pessoa. (FmC, BA 9-10: p. 27. 8-17)

Assim, o dever não cede as inclinações pessoais, com isso tem uma motivação interna e boa em si mesma, o que leva o sujeito a agir moralmente não tem a ver com inclinações, justificações externas, mas somente com relação ao dever. Portanto, a ação por dever é a ação em conformidade com boa vontade em si mesma, mas como saber quando tal ação é boa em si mesma? Com isso Kant faz a seguinte pergunta

Qual poderá então ser esta lei cuja representação deve determinar a vontade para que ela possa ser considerada boa em absoluto e sem restrições? [...] nada mais lhe resta como princípio do que a conformidade universal das ações à lei em geral; por outras palavras, deverei sempre comportar-me de forma *a poder querer que a minha máxima se torne uma lei universal*. (FmC , BA 17-18: p. 33, 1-9)



Com isso, ocorre a elaboração do imperativo categórico, a qual coloca como lei a ser seguida necessariamente, não por inclinação, ou por algo exterior a mim, mas por uma boa vontade em si mesma capaz de ser universalizável. O teor racional do imperativo categórico, enquanto sua compreensão de ela é o princípio de que a ação moral deriva, sendo que tal ação moral é necessária em si mesma, uma máxima para o próprio agente da ação e um princípio objetivo, isto é, uma lei prática da vontade, a qual segue um imperativo, sendo essa racional.

Tal caráter racional da moralidade que Kant atribui para a agência racional, se aplicado para os métodos do autoconhecimento os colocam em situações complicadas. Primeiro, para o método da introspecção não há relevância com relação à racionalidade do sujeito, pois, o que ocorre na introspecção é somente o sujeito assistindo sua vida mental, a qual por vezes pode não ser racional. Já com relação à segunda, o método da transparência, a qual tem o sujeito para si suas próprias justificações claras e distintas a moralidade racional kantiana pode ser aplicada, entretanto, não é em todas as situações que o sujeito terá justificações claras, distintas e racionais para si mesmo, segundo o caso de torcedores de futebol fanáticos (exemplo já citado anteriormente). Já para o terceiro método, o agencialismo parece se encaixar. Em tal método a racionalidade de estar presente em suas ações, ou seja, um juiz deve julgar conforme a lei, assim ele tem de agir conforme o seu dever racional independente de suas inclinações ou desejos. Entretanto, na história, não parece ser o caso, tendo em vista diversos julgamentos “injustos”, nos quais os juízes não agiram conforme seu dever (uma boa vontade em si mesma possível de ser universalizável, sendo que as leis humanas de cada sociedade são universalizáveis para cada sociedade). Entretanto, não significa que os dois primeiros estão descartados e o terceiro é válido, mas somente pode-se afirmar que o terceiro método garante a conformidade com a teoria moral kantiana.

Cabe ressaltar que não se nega a possibilidade de o sujeito ter consciência de seus estados mentais, sejam quais forem. O que procuro afirmar, e com a distinção entre autoconsciência e autoconhecimento, é que para o autoconhecimento dos próprios estados mentais via metodologia do agencialismo está em maior conformidade com a moralidade kantiana, pois, ambas têm o caráter racional em comum garantidos, sendo que às duas vias introspectiva e da transparência não são totalmente racionais.

Conseqüentemente, se o sujeito consegue conhecer seus próprios estados mentais então ele é responsável moralmente pelas próprias atitudes. Assim, com relação aos métodos da introspecção e transparência não há garantias de que o sujeito venha a conhecer suas próprias atitudes racionais, ou seja, aquelas em conformidade com o dever e



somente pelo dever. Dessa forma, podemos questionar: “quais as condições necessárias e suficientes para poder imputar a alguém uma responsabilidade moral por determinado ato?” (SÁNCHEZ VÁZQUEZ, 2014, p. 110). Segundo Vázquez, há duas condições fundamentais

- a) que o sujeito não ignore nem as circunstâncias nem as consequências da sua ação; ou seja, que seu comportamento possua um caráter consciente.
- b) que a causa de seus atos esteja nele próprio (ou causa interior), e não em outro agente (ou causa exterior) que o force a agir de certa maneira, contrariando sua vontade; ou seja, que sua conduta seja livre. (SÁNCHEZ VÁZQUEZ, 2014, p. 110)

Com isso o sujeito tem de estar consciente, possuir autoconsciência, em outras palavras, ele tem de ter autoconhecimento dos próprios estados mentais para ser responsabilizado moralmente pelas suas próprias atitudes. Por exemplo, se eu sentir fome não posso ser responsabilizado por isso, pois, é um desejo alheio a minha vontade.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

288

Há três formas de autoconhecimento dos próprios estados mentais, a saber introspectivo, transparência e agencialismo. Nos dois primeiros não é possível perceber um teor racional, os quais podem por vezes apresentar estados mentais não-rationais (desejos ou emoções), assim não há garantias da responsabilidade moral por desses métodos, visto que sem o caráter racional não há possibilidade de autoconhecimento dos próprios estados mentais. Assim, o terceiro método apresenta um forte teor de racionalidade, na medida em que o agente racional age no mundo conforme seus estados mentais racionais. Com justificativas em conformidade com suas ações no mundo, podendo afirmar que tal sujeito age por dever. Tais ações são passíveis de conhecimento, ou seja, o agente possui autoconhecimento dos estados mentais racionais de suas atitudes e conseqüentemente responsável moralmente pelas próprias ações. Entretanto, se os sujeitos forem somente racionais, o imperativo categórico bastaria. Mas o ser humano não é somente um agente racional, ou seja, por diversas vezes agimos por um motivo diferente do que motivos racionais, isto é, sem justificações racionais. Agimos de forma emocional, a qual em certa medida não possui racionalidade; ou agimos conforme desejos que podem ser os mais diversos. Portanto, o método do agencialismo para o autoconhecimento das



ações justificadas racionalmente, está em conformidade com as exigências da teoria moral kantiana.



REFERÊNCIAS

CARRUTHERS, Peter. *The Opacity of Mind: An Integrative Theory of Self-Knowledge*. Oxford University Press: University of Oxford, 2011.

EVANS, Gareth. *The Varieties of Reference*. Ed. John McDowell. Oxford: Oxford University Press, 1982.

GERTLER, B. Self-Knowledge and Rational Agency: A Defense of Empiricis. In: *Philosophy and Phenomenological Research*. University of Virginia: Philosophy and Phenomenological Research, LLC, 2016.

JAMES, William. *The Principles of Psychology*. Harvard: University Press. 1890/1983.

KANT, Immanuel. *Crítica da razão pura*. 8ª Ed. Tradução de Manoela P. dos Santos. Fundação Calouste Gulbenkian: Lisboa, 2013.

KANT, Immanuel. *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*. Edições 70: Lisboa, 2007.

KONDER, Leandro. *O que é dialética*. Col. Primerios passos. SP: Brasiliense, 2008.

LOCKE, John. *An Essay Concerning Human Understanding*. Pennsylvania: Pennsylvania State University, 1999. Disponível em: <<ftp://ftp.dca.fee.unicamp.br/pub/docs/ia005/humanund.pdf>>. Acessado em 28 de novembro de 2016.

MCDOWELL, John. *Mente e mundo*. SP: Idéias & Letras, 2005.

MEDEIROS, Eduardo Vicentini de. *Teorias da Introspecção e psicologia moral*. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: UFRGS, 2013.

MORAN, Richard. *Authority and estrangement – an essay on self-knowledge*. Princeton: Princeton University Express and Oxford, 2001.

OLIVEIRA, Guilherme S. *Estados mentais e atitudes proposicionais: Abordagens filosóficas da psicologia do senso comum*. Dissertação Mestrado. São Paulo: USP, 2014.

RUSSELL, Bertrand. The Philosophy of Logical Atomism. In: *Logic and Knowledge: Essays 1901-1950*. London and New York: Routledge, 2009. Disponível em: <<https://sites.ualberta.ca/~francisp/NewPhil448/RussellPhilLogicalAtomismPears.pdf>>. Acessado em 25 de novembro de 2016.

SCHWITZGEBEL, Eric. *The Stanford Encyclopedia of Philosophy*:



"Belief" . Edward N. Zalta (ed.). Califórnia: Stanford University, 2015. Disponível em: <<http://plato.stanford.edu/archives/sum2015/entries/belief/>>. Acessado em 27 de novembro de 2016.

SILVA FILHO, Waldomiro. *Sem ideias claras e distintas*. Salvador: EDUFBA, 2013.

VÁZQUEZ, A, S. *Ética*. Rio de janeiro: Civilização brasileira, 1996.

